



# XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã



## **NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE PESSOAS TRANS: tensionando linguagem, lugares de fala e de escuta e legitimação a partir de uma experiência de livro-reportagem<sup>1</sup>**

Leuni Denoni  
Francisco de Assis  
Escola Superior de Propaganda e Marketing  
leunidenoni@gmail.com | francisco@assis.jor.br

### **RESUMO**

O trabalho discute possibilidades de subverter o padrão jornalístico hegemônico, a partir de perspectiva decolonial, com especial atenção às pessoas trans. Tomando como parâmetro a experiência de produção de um livro-reportagem, busca-se evidenciar três principais dimensões que podem servir de base para a sistematização de um método de trabalho inclusivo e que coloca o jornalismo a serviço dos grupos historicamente sub-representados, desestabilizando, assim, as imposições do sistema cis-heteronormativo.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Narrativas jornalísticas. Comunidade LGBTQIA+. Pessoas trans. Decolonialidade.

## **1 INTRODUÇÃO**

Sabemos que o jornalismo hegemônico reproduz marcadores sociais dominantes (Silva, 2014). Especificamente no Brasil, que tem o português como língua padrão, isso se verifica até mesmo nas formas textuais, que priorizam a flexão de gênero no masculino. Mais ainda, o que se produz em seu âmbito é fortemente marcado pelo binarismo, raramente ultrapassando a lógica homem/mulher.

Nosso objetivo, aqui, é pensar alternativas a esse modo de fazer, principalmente no que diz respeito à linguagem e à dialogia implicada no processo de produção jornalística. Para tanto, pautamo-nos na experiência de produção do livro-reportagem *Cisheteroterrorismo no ambiente universitário* (Denoni, 2023), elaborado como trabalho de conclusão de curso pelo primeiro autor desta reflexão e orientado pelo segundo autor.

Por meio dessa produção experimental – que, por sua natureza (Silva; Oliveira, 2003), permitiu-nos inovar em muitos aspectos –, problematizamos o texto jornalístico tradicional e discutimos elementos importantes para uma produção afeita a respeitar a identidade e a dignidade de todes.

## **2 METODOLOGIA**

Metodologicamente, valemo-nos de pesquisa bibliográfica, que ampara a discussão dos conceitos-chave da abordagem, e de pesquisa exploratória, com o aprofundamento e a descrição de aspectos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT2 – Culturas Populares, Identidades e Cidadania da XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2024, de 11 a 13 de junho de 2024, na Universidade São Judas (Paulista), São Paulo-SP.

sobressalientes do livro-reportagem mencionado, os quais nos servem de baliza para pensar um modo de produzir jornalismo comprometido, de fato, com as diversidades.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

As narrativas jornalísticas sobre pautas LGBTQIA+ não raramente vem à tona contornadas com estereótipos e equívocos que materializam em discursos as violências que atingem a comunidade. A questão se intensifica quando se trata das pessoas representadas pela letra “T”, porque muitas vezes são alvo de ataques desferidos até mesmo por pessoas cisgênero que integram o mesmo grupo. A isso, aqui, estamos chamando de “cisheteroterrorismo”, que consiste em “mecanismos de animalização e desumanização de corporalidades não cis e não héteros” (Lima, 2023, p. 25).

Esse conjunto de dispositivos forma, metaforicamente, uma estrada com duas faixas paralelas. A primeira é a da cisgeneridade, que advoga padrões biológicos e binários para definir corpos, um conceito muito recente, surgido no século XXI como afirmação das existências trans (Rodvalho, 2017) e como forma de evidenciar a transfobia constante na estrutura de muitas sociedades, principalmente das conservadoras – caso brasileiro (Biroli, 2000). A segunda é a da heteronormatividade, igualmente utilizada para regular e normatizar a sexualidade humana, indicando o que considera normal e o que define como desviante (Rea; Amancio, 2018). A junção de ambas resulta em processos violentos – terroristas – que visam impedir a participação dos corpos trans no mundo social e, no limite, exterminar suas vidas.

O jornalismo, principalmente o praticado pela mídia hegemônica, contribui com a manutenção do sistema – sistema cis, *cistema* (Vergueiro, 2015). É campo formado a partir da mesma perspectiva colonizatória que moldou a sociedade brasileira, bem como outras tantas, e cujo pensamento predominante – eurocêntrico, branco, masculino e cristão – buscou, entre outras imposições, conformar indivíduos em apenas duas categorias de gênero, conforme suas genitálias. Percebê-lo como expressão da colonialidade leva-nos a verificar seu ajustamento a uma “compreensão esquizoide” que separa “humano de natureza, humano de não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana” (Lugones, 2014, p. 946).

Se se trata do resultado de movimentos colonizatórios, subverter tal padrão requer apelar a perspectivas decoloniais, de modo a levar para o centro do jornalismo as pessoas que foram excluídas de suas rotinas produtivas, mas “não somente como mera ‘inclusão’ de uma voz trans” em seu discurso – crítica que Viviane Vergueiro (2015, p. 28) formula, ao pensar algo parecido, mas com foco no “discurso acadêmico” –, e sim “como um elemento de potencialização de criticidades decoloniais na compreensão teórico+política de determinado contexto histórico”. Daí que nossa

proposta não consiste em ampliar a polifonia jornalística, mas, fundamentalmente, desestabilizar seus horizontes, por meio de ações afirmativas que necessariamente devem ser encabeçadas por quem tem autoridade (Assis, 2023) – o critério definidor, portanto, é o do pertencimento que engendra as subjetividades.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em razão do pouco espaço disponível, vamos restringir nossa discussão a três eixos estruturantes do livro-reportagem *Cisheteroterrorismo no ambiente universitário*. Vale explicar que se trata de um produto elaborado por meio de entrevistas, apuração de dados oficiais e estatísticos e de autoetnografia, a partir da qual a experiência do autor se misturou com as des entrevistades. Seu tema é a inserção e a permanência de pessoas trans no “cistema univercistário”. Dito isto, passemos à discussão sobre as principais dimensões dessa experiência:

- 1) Não se pode pensar um texto a respeito de uma comunidade que reivindica superar o binarismo sem que isso esteja materializado no discurso. Por isso, o primeiro ponto destacado é o uso da **linguagem inclusiva** como recurso que respeita as identidades em tela – reconhecendo seus modos de dizer de si – e adverte que a gramática normativa da língua portuguesa é excludente e machista. Ademais, usar flexões indefinidas convida à reflexão sobre a possibilidade de o jornalismo se emancipar de esquemas antigos e restritos. Do ponto de vista prático, cabe à apuração questionar interlocutores a respeito do pronome com o qual se identificam, bem como utilizar recursos de redação que contornem a necessidade de apelo ao gênero masculino, como habitualmente se faz.
- 2) Central nesse processo é voltar as atenções aos **lugares de fala e de escuta** pressupostos na dialogia implícita no fazer jornalístico. É importante destacar que produções focalizadas no conjunto das diversidades devem prioritariamente ser realizadas por jornalistas pertencentes a esse escopo, em razão de seu lugar de fala, isto é, de sua vida situada no universo simbólico pautado. No entanto, nos casos em que isso não for possível, a estratégia é recorrer ao “lugar de escuta”, que não consiste em simples ouvir, mas em esforço de alteridade capaz de apreender as experiências de outres e de mediá-las sem interferências ou julgamentos. No caso em análise, o orientador (cis) manteve-se atento a essa necessidade ao longo de todo o percurso, corrigindo deslizes, quando necessário, se reportando ao autor (trans) do trabalho quando alguma dúvida surgia ou, ainda, acolhendo suas recomendações. O movimento de partilha entre ambos os lugares possibilita adequar as técnica de redação.
- 3) Enfim, é necessário ter em vista que um jornalismo inclusivo e aberto às pessoas trans, historicamente marginalizadas, deve assumir o compromisso ético-político de **legitimação** das experiências a serem reportadas, invertendo a lógica hegemônica. Trata-se de visibilizar

o que a imprensa, na maior parte de sua história, ajudou a sufocar, ao mesmo tempo em que se invisibiliza o discurso opressor, de modo que não haja brechas para seu reforço. No livro-reportagem considerado, dedicado a denunciar o terrorismo sistêmico do mundo acadêmico, optamos por não dar voz às instituições de ensino superior na qual es entrevistades estudam/estudaram e/ou trabalham – embora até tenha havido uma tentativa de escuta –, pois sabíamos que não seria oferecido nada além de respostas protocolares, dedicadas menos a mudar a situação que a tentar justificá-la. Como a pesquisadora Uma Reis Sorrequia afirmou, na banca avaliadora do trabalho, o direito de resposta a ser oferecido a agentes opressores é a permissão para que se silenciem, porque reverter seus mecanismos requer ações eficazes, e não falas descomprometidas.

Estas breves reflexões, a serem ampliadas posteriormente, servem-nos de base para pensar a sistematização de um método de trabalho jornalístico efetivamente aberto às experiências das pessoas trans e à assimilação de seus discursos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo não precisa ser apenas aquilo que a mídia hegemônica pratica, cheio vícios e insistente em estereótipos que conduzem à alienação. Sua natureza lhe permite ir além, e para tanto é necessário assumir-se politicamente uma arma crítica contra o sistema.

Se a reportagem aberta à experimentação é o que o jornalismo tem de melhor (Silva; Oliveira, 2003), ignorar vivências e demandas dos grupos sub-representados e insistir em padrões antiquados em nada contribui para a abertura da sociedade às diversidades, mas, inversamente, reforça o conservadorismo estabelecido pela ideologia dominante. A melhor resposta a isso, a nosso ver, é a produção que se reconhece aliada das pessoas trans e de tantas quantas foram subjugadas ao longo do tempo. Um jornalismo inclusivo, crítico e de combate às opressões é necessariamente decolonizado e assumidamente militante – sua força está justamente aí.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Francisco de. A comunidade de jornalistas LGBTQIA+ e o esforço das ações afirmativas num Brasil conservador. **MATRIZES**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 153-169, maio/ago. 2023.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 135-187.

DENONI, Leuni. **Cisheteroterrorismo no ambiente universitário**. 2023. 108 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2023.

LIMA, Suome Matheus Vilela de. **Multidões transviades**: a encruzilhada de saberes, narrativas e localizações de gêneros. 2023. 189 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2023.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-38, 2018.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 365-373, jan./abr. 2017.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Robson Bastos da; OLIVEIRA, Eliane Freire de. A experiência da grande reportagem nos projetos experimentais de jornalismo. In: PERUZZO, Círcia M. K.; SILVA, Robson Bastos da (Orgs.). **Retrato do ensino em comunicação no Brasil**. São Paulo, Taubaté: Intercom, Unitau, 2003. p. 215-224.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.